



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL  
Av. Mato Grosso - Bloco 13, - Bairro Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, CEP 79031-902  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - <http://www.tjms.jus.br>

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00040328-84.2026.8.12.9157

Processo nº 00017143-81.2026.8.12.9173

### Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1) Registro de Preços para futura e eventual aquisição de camisetas, em atendimento à Coordenadoria da Mulher.

### Cláusula Segunda – DA MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1) A presente contratação deverá ser realizada através da **Modalidade Pregão Eletrônico** e critério de julgamento o **menor preço unitário com Sistema de Registro de Preços**, conforme Lei nº 14.133/2021.

2.2) O intervalo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de, no mínimo, R\$ 1,00 (um) real.

### Cláusula Terceira – DA JUSTIFICATIVA

3.1) A aquisição de camisetas, por meio do Sistema de Registro de Preços, tem por finalidade atender às ações, campanhas educativas, eventos institucionais e atividades itinerantes promovidas pela Coordenadoria da Mulher, todas voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher.

O uso das camisetas revela-se estratégico, uma vez que contribui para a identificação visual da equipe envolvida nas atividades, promove o fortalecimento da identidade institucional e assegura a padronização de servidores e colaboradores durante as ações externas. Ademais, tais itens configuram-se como importante ferramenta de comunicação social, auxiliando na sensibilização da população e na ampliação do alcance das mensagens educativas difundidas pela Coordenadoria.

A adoção do Sistema de Registro de Preços encontra respaldo no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, sendo adequada em razão da natureza contínua e variável da demanda, permitindo a realização de aquisições de forma parcelada, conforme a necessidade, o que proporciona maior economicidade, eficiência administrativa e melhor gestão dos recursos públicos, em consonância com os princípios previstos no art. 5º da referida lei, especialmente os da eficiência, do planejamento e da economicidade.

A não realização da Intenção de Registro de Preços (IRP) justifica-se pela insuficiência de recursos humanos especializados, o que pode comprometer a eficiência, a celeridade e a adequada condução do procedimento. Dessa forma, opta-se por não realizar a IRP, a fim de garantir maior segurança na execução do processo e compatibilidade com a atual capacidade administrativa do órgão, em observância ao princípio da eficiência administrativa.

Ressalta-se, ainda, que o objeto da contratação possui características específicas e personalizadas, especialmente no que se refere à criação de arte e layout exclusivos das

camisetas da Coordenadoria da Mulher, o que reduz significativamente o interesse de outros órgãos públicos em eventual adesão, não se mostrando vantajosa a formação de ata compartilhada, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

No que se refere à estratégia de contratação, recomenda-se a centralização do fornecimento em uma única empresa, tendo em vista que tal medida tende a otimizar a gestão da ata de registro de preços, reduzindo a necessidade de alocação de múltiplos servidores para atividades de fiscalização, acompanhamento e demais rotinas administrativas. Essa abordagem contribui para maior eficiência operacional, padronização dos procedimentos e mitigação de riscos na execução contratual, em consonância com o princípio da eficiência previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, a eventual criação de lote exclusivo para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), pode não se mostrar vantajosa sob a perspectiva da competitividade, considerando o baixo quantitativo de camisetas por pedido, o que pode reduzir o interesse de fornecedores e comprometer a economicidade do certame. Tal entendimento está alinhado ao art. 4º da Lei nº 14.133/2021, que permite a adoção de medidas que assegurem a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Ressalta-se, por fim, que a ausência de lote exclusivo para ME e EPP não impede a participação dessas empresas no processo licitatório, desde que atendam integralmente aos requisitos estabelecidos no edital, garantindo-se, assim, a observância dos princípios da isonomia e da ampla competitividade, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, a contratação pretendida mostra-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público, contribuindo diretamente para o fortalecimento das políticas institucionais de enfrentamento à violência contra a mulher.

#### Cláusula Quarta – **DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

4.1) Camiseta na cor branca, manga curta, gola redonda, confeccionada em tecido dry fit 100% poliamida, com aplicação de arte na frente e nas costas, em layout colorido e personalizado.

4.1.1) Considerando que as **ações, campanhas e eventos institucionais** promovidos pela Coordenadoria da Mulher são **definidos no curso do exercício**, em atenção a demandas supervenientes, **não se mostra viável a prévia disponibilização das artes** das camisetas como anexo a este Termo de Referência.

As **artes**, por sua natureza, **são elaboradas de forma individualizada**, observadas as **especificidades de cada ação institucional**, o que inviabiliza sua definição antecipada no momento da instrução do presente procedimento.

Assim, para fins de execução contratual, as artes serão fornecidas pela CONTRATANTE após a emissão de cada pedido, acompanhadas das orientações necessárias à sua correta reprodução, devendo a CONTRATADA observar integralmente as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.1.2) Para fins de padronização, formação adequada de preços e garantia da isonomia entre os licitantes, a personalização das camisetas deverá observar, no mínimo, as seguintes especificações técnicas:

a) **Técnica de impressão:** serigrafia (silk-screen), sublimação, DTF (Direct to Film) ou técnica equivalente de qualidade igual ou superior, vedada a utilização de métodos de baixa durabilidade;

b) **Quantidade de cores:** impressão em até 6 (seis) cores na frente e até 6 (seis) cores nas costas;

c) **Dimensões mínimas da estampa:**

- Frente: mínimo de 20 cm x 25 cm;
- Costas: mínimo de 20 cm x 25 cm;

d) **Padrão de qualidade da estampa:** não poderá apresentar falhas, borrões, desalinhamentos, baixa definição, manchas ou imperfeições, devendo garantir boa fixação, resistência à lavagem e durabilidade, sem desbotamento ou descascamento precoce;

e) **Fidelidade à arte:** a CONTRATADA deverá respeitar integralmente as cores, tonalidades, proporções e demais especificações técnicas constantes da arte fornecida pela CONTRATANTE.

4.1.3) A arte será encaminhada à CONTRATADA com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos para confecção.

4.1.4) Os tamanhos serão informados formalmente a cada pedido, podendo ser: P, M, G, GG e EXG.

#### Cláusula Quinta – **DA ENTREGA**

5.1) A entrega deverá ser realizada na Coordenadoria da Mulher, localizada no Tribunal de Justiça (Av. Mato Grosso, Bloco 13, Parque dos Poderes, CEP 79031-902, Campo Grande/MS), no período compreendido entre 8h e 18h, de segunda a sexta-feira.

#### Cláusula Sexta – **DO PRAZO DE ENTREGA**

6.1) A CONTRATADA será notificada do pedido via e-mail, com a quantidade e arte, e deverá fornecer amostra do material com a respectiva estamparia, para fins de avaliação e aprovação pela CONTRATANTE, **no prazo de 2 (dois) dias corridos**, contado do recebimento da arte, devendo a amostra observar integralmente as especificações técnicas previstas na Cláusula Quarta, inclusive quanto à técnica de impressão, qualidade da estampa e fidelidade à arte.

6.1.1) Na hipótese de não aprovação da amostra, a CONTRATADA deverá refazer o serviço e apresentar nova amostra, **no prazo de 2 (dois) dias corridos**, contado do recebimento da notificação formal de reprovação.

6.1.2) Uma vez aprovada a amostra, a CONTRATADA deverá fornecer o material contratado em total conformidade com os padrões nela definidos, **no prazo de 15 (quinze) dias corridos**, contado do recebimento da arte aprovada.

6.1.3) Caso o material fornecido esteja em desconformidade com a amostra aprovada, a CONTRATADA deverá refazer o serviço, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, **no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos**, contado da notificação formal emitida pela CONTRATANTE.

#### Cláusula Sétima – **GESTÃO DA ARP**

##### **Compete ao Contratante:**

7.1) Receber o material contratado na Coordenadoria da Mulher.

7.2) Efetuar o pagamento no prazo contratado.

##### **Compete à Contratada:**

7.3) Observar os padrões mínimos de qualidade dos itens:

7.3.1) Acabamento das peças: não conter linhas soltas ou costuras malfeitas ou tortas; avesso das peças com um bom acabamento; corte ou costuras feitas de forma correta.

7.3.2) Em cada peça deverá possuir etiqueta de identificação na parte interna das peças com as devidas numerações e tamanhos.

7.3.3) As peças deverão estar limpas e integras, isentas de qualquer defeito que comprometa sua apresentação, devendo ser entregues e embaladas individualmente.

7.3.4) Quanto à personalização (arte aplicada), as camisetas deverão apresentar impressão nítida, resistente e durável, sem falhas, borrões ou desbotamento precoce, em

conformidade com as especificações técnicas definidas na Cláusula Quarta.

7.4) Não será permitida a formação de consórcios. A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto em que, empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, em especial a aspectos técnicos, o que não se aplica ao presente caso.

7.5) É vedada a subcontratação ou terceirização integral ou parcial do objeto deste certame.

#### Cláusula Oitava – DO PAGAMENTO

8.1) O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do atestado de conformidade na nota fiscal pela Coordenadoria da Mulher.

#### Cláusula Nona – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1) Valor Estimado: R\$ 65.000,00

9.2) Classificação Orçamentária: 3390.32.09 – Vestuários e Afins

9.3) Funcional Programática: 12.061.0003.2044.0001

#### Cláusula Décima – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Pedido Mínimo
01	<p>Camiseta na <b>cor branca</b>, manga curta, gola redonda, confeccionada em tecido dry fit 100% poliamida, com gramatura adequada que assegure conforto térmico, durabilidade e resistência ao uso contínuo.</p> <p>A peça deverá possuir costuras reforçadas, acabamento uniforme, sem linhas soltas, deformações ou imperfeições, bem como etiqueta interna contendo identificação de tamanho.</p> <p>A personalização deverá ser aplicada na frente e nas costas, em layout colorido e personalizado, conforme arte a ser disponibilizada pela CONTRATANTE, devendo observar rigorosamente as seguintes especificações técnicas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>– Técnica de impressão: serigrafia (silk-screen), sublimação, DTF (Direct to Film) ou equivalente de qualidade igual ou superior, vedada a utilização de métodos de baixa durabilidade;</li><li>– Quantidade de cores: até 6 (seis) cores na frente e até 6 (seis) cores nas costas;</li><li>– Dimensões mínimas da estampa: 20 cm x 25 cm, tanto na frente quanto nas costas;</li></ul>	un	1.500	100

- |   |  |  |  |
|---|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>– Qualidade da estampa: deverá apresentar alta definição, sem falhas, borrões, manchas ou desalinhamentos, com adequada fixação ao tecido, resistência à lavagem e durabilidade, sem desbotamento ou descascamento precoce;</li><li>– Fidelidade à arte: a reprodução deverá respeitar integralmente cores, proporções, elementos gráficos e demais especificações fornecidas pela CONTRATANTE.</li></ul> |  |  |  |
|---|--|--|--|

**Observações:**

1. Os tamanhos serão informados formalmente a cada pedido, podendo ser: P, M, G, GG e EXG.
2. A empresa contratada deverá confeccionar as camisetas de acordo com a arte previamente disponibilizada, respeitando cores, tonalidades, proporções e especificações técnicas.
3. A arte será enviada por e-mail à empresa vencedora, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, para que haja tempo hábil de confecção e personalização.
4. A personalização deverá observar os padrões mínimos de qualidade e especificações técnicas previstos na Cláusula Quarta deste Termo de Referência.

**Cláusula Décima Primeira – DA VIGÊNCIA**

11.1) Conforme art. 84 da Lei 14.133/2021, "o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso".

**Cláusula Décima Segunda – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1) O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pelo CONTRATADO, bem como o descumprimento de obrigações legais ou regulamentares relacionadas à presente contratação, sujeitará o responsável à aplicação das sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assegurados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.

12.2) A **inexecução ou atraso injustificado na entrega do objeto** sujeitará a contratada à:

Advertência;

Multa:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total registrado na ata de julgamento do certame, caso a proponente não assine a Ata de Registro de Preços.

b) Atraso na Entrega/Execução (Atraso Moratório) - Até o 10º dia: Multa de 0,5% (meio por cento) por dia, calculada sobre o valor total da parcela inadimplida. Após o 10º dia, a Administração pode considerar a obrigação inadimplida e rescindir a Ata de Registro de Preços.

c) Atraso na Entrega (a partir do 11º dia, sem Rescisão) - A partir do 11º dia: Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, calculada sobre o valor total da parcela inadimplida, até a entrega efetiva do objeto.

d) Recusa em Aceitar a Nota de Empenho - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total constante na nota de empenho.

e) Inexecução Parcial - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

f) Inexecução Total - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho.

g) Rescisão Motivada Pela Licitante - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor restante da nota de empenho.

h) Defeito no Objeto - Obrigação de Reparo/Substituição: Caso a camiseta apresente defeito, a licitante deve entregar um novo produto, sem defeito e sem qualquer ônus para o Tribunal, no prazo de 02 (dois) dias corridos.

i) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

#### Cláusula Décima Terceira – **DA SUSTENTABILIDADE**

13.1) A presente contratação observará os critérios e práticas de sustentabilidade estabelecidos na Resolução CNJ nº 400/2021, em especial os artigos 20 a 22, com vistas à promoção do desenvolvimento nacional sustentável, à racionalização do consumo e à mitigação de impactos ambientais, sociais e econômicos adversos.

#### Cláusula Décima Quarta - **DA GARANTIA**

14.1) A garantia dos produtos contra defeitos de fabricação será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, conforme o Código de Defesa do Consumidor, abrangendo não apenas costura e acabamento, mas também a qualidade da estampa, incluindo fixação, durabilidade, resistência à lavagem e manutenção das características visuais da arte aplicada.

#### Cláusula Décima Quinta – **DOS FISCAIS**

15.1) O acompanhamento da execução do contrato será feito pelas servidoras abaixo indicadas:

a) Patricia Barbosa Rodrigues – Matrícula 16680

b) Letícia Torres Maldonado Lima – Matrícula 20030

Campo Grande, 14 de março de 2026.

**Patricia Barbosa Rodrigues**

Assessora Administrativa

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

(assina digitalmente)

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 9º, inciso II, do Decreto nº 5.450/2005 e art. 15 da IN nº 02/2008-SLTI/MPOG, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Barbosa Rodrigues, Analista Judiciário**, em 14/04/2026, às 09:23, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.tjms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.tjms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0357487** e o código CRC **AC0683A6**.

---

Referência: Processo nº 00040328-84.2026.8.12.9157

SEI nº 0357487